



Direito a uma energia acessível e limpa para todos os europeus!

EPSU e EAPN

Juan Carlos Benito Sanchez,

com o apoio de Sabrina Iannazzone, Valeria Zanini, Jakob Embacher

Reprodução permitida, desde que seja feita uma referência adequada à fonte.

Janeiro de 2022

Informações e contactos

Sabrina Iannazzone, responsável política, Rede Europeia Antipobreza (EAPN)

sabrina.iannazzone@eapn.eu

Jakob Embacher, responsável político, Federação Sindical Europeia dos Serviços Públicos (EPSU)

jembacher@epsu.org

Resumo executivo

A pobreza energética descreve a situação em que um agregado familiar é incapaz de aceder a serviços energéticos essenciais a um preço acessível para assegurar a energia necessária para uma vida digna em casa e para a plena participação na sociedade. A pobreza energética resulta de uma combinação de fatores estruturais: pobreza e desigualdade de rendimentos, preços injustos da energia e má qualidade e ineficiência das habitações.

O acesso a energia acessível e limpa deve ser protegido como um direito fundamental, um serviço essencial reconhecido ao abrigo do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e um serviço de interesse geral ao abrigo da legislação da UE. Os impactos sanitários, sociais e económicos da pobreza e precariedade energéticas são múltiplos. A transição energética limpa deve dar prioridade à descarbonização, reduzindo a procura global de energia e promovendo uma utilização eficiente da energia, assegurando ao mesmo tempo que os agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos beneficiem plenamente da transição verde sem ficarem apanhados em infraestruturas de combustíveis fósseis.

A subida dos preços da energia põe em perigo todos os agregados familiares europeus, tanto os agregados familiares de baixos rendimentos que se encontram em situação de pobreza energética como os agregados familiares de classe média que veem o seu rendimento disponível corroído e enfrentam o risco de precariedade energética. Se as regras do mercado livre continuarem a ser o paradigma dominante, é pouco provável que os europeus sejam adequadamente protegidos. É necessária uma reforma robusta do mercado da energia acima e para além das considerações de lucro a curto prazo. Além disso, a intenção da Comissão de eliminar progressivamente os preços regulados da eletricidade ameaça uma das formas mais eficazes de ajudar as pessoas em situação de pobreza energética e em risco de pobreza energética. A atual crise energética tem visto múltiplas práticas promissoras a nível nacional que devem ser alargadas como instrumentos estruturais para combater a pobreza energética.

A transição para uma economia com impacto neutro no clima e de baixo carbono deve ser uma transição socialmente justa. Os agregados familiares em risco de pobreza e exclusão social e, mais geralmente, os agregados familiares de baixos rendimentos, enfrentam barreiras substanciais no acesso ao financiamento, na implementação de medidas de eficiência energética e na transição para as energias renováveis. É essencial que a UE e os Estados-Membros assegurem o acesso de todos a energia acessível e limpa. Devem combinar medidas imediatas para aliviar a pobreza energética, como tarifas sociais e uma proibição de desconexões, com políticas a longo prazo que combatam as suas causas estruturais, como renovações profundas de edifícios residenciais e programas de energias renováveis e eficiência energética, no quadro de medidas adequadas de proteção social que abordem a pobreza de rendimentos, bem como a reforma dos sistemas fiscais e dos mecanismos de preços da energia.

- Afirmar o direito a uma energia acessível e limpa para todos os europeus, reforçando a proteção estrutural dos agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos através de uma abordagem em três pilares baseada em rendimentos adequados, preços justos e eficiência energética.
- Garantir apoio adequado aos rendimentos, assistência técnica e condições de trabalho para os mais vulneráveis, combinando medidas de emergência com políticas a longo prazo que combatam as causas estruturais da pobreza energética.
- Proibir todas as desconexões e manter preços regulados para além de 2025.

- Desenvolver uma fiscalidade verde justa no contexto de uma transferência fiscal do trabalho para o capital.
- Capacitar cidadãos e trabalhadores, salientando o seu papel na reimaginação de um sistema energético sob governação democrática e controlo público.
- Garantir investimentos públicos consistentes em programas específicos de renovação, energias renováveis e eficiência energética que beneficiem os agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos, combatendo ao mesmo tempo quaisquer efeitos injustos e regressivos da descarbonização e evitando os bloqueios de carbono.
- Aproveitar o potencial da Estratégia da Vaga de Renovação para a criação de empregos de qualidade com boas condições de trabalho e respeitando o direito à negociação coletiva.
- Descarbonizar o setor do aquecimento e arrefecimento em todos os edifícios residenciais.
- Reservar os incentivos financeiros do Pacote "Objetivo 55" e da Estratégia da Vaga de Renovação para grupos-alvo específicos, como os agregados familiares vulneráveis, de baixos rendimentos e em situação de pobreza energética.
- Integrar uma avaliação do impacto distributivo *ex-ante* e *ex-post* das políticas de transição.
- Integrar uma abordagem de género e interseccional das desigualdades energéticas em todas as políticas.

Antecedentes da pobreza energética

A pobreza energética descreve a situação em que um agregado familiar é incapaz de aceder a serviços energéticos essenciais a um preço acessível para assegurar a energia necessária para uma vida digna em casa e para a plena participação na sociedade.

A pobreza energética é um conceito multidimensional que não é facilmente capturado por um único indicador. Pode ser medida através de indicadores baseados em rendimentos e despesas (elevada percentagem de despesas energéticas nos rendimentos, baixas despesas energéticas absolutas) e através de indicadores autodeclarados (atrasos nas faturas dos serviços públicos, incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida ou arrefecida).

Além destes indicadores primários, uma série de indicadores secundários são relevantes neste contexto: preços da eletricidade doméstica, preços do gás doméstico, risco de pobreza, excesso de mortalidade no inverno, presença de fugas, humidade e podridão, etc. Cada um destes indicadores reflete um aspeto diferente da pobreza energética, e todos eles devem ser considerados em relação outros para medir este fenómeno.¹

A pobreza energética resulta de uma combinação de fatores estruturais, tais como pobreza e desigualdade de rendimentos, preços injustos da energia e má qualidade e ineficiência das habitações. Os motores da pobreza energética são profundamente estruturais e abrangem as nossas políticas económicas, sociais, de emprego, energéticas, climáticas, fiscais, de bem-estar, de habitação e de saúde.

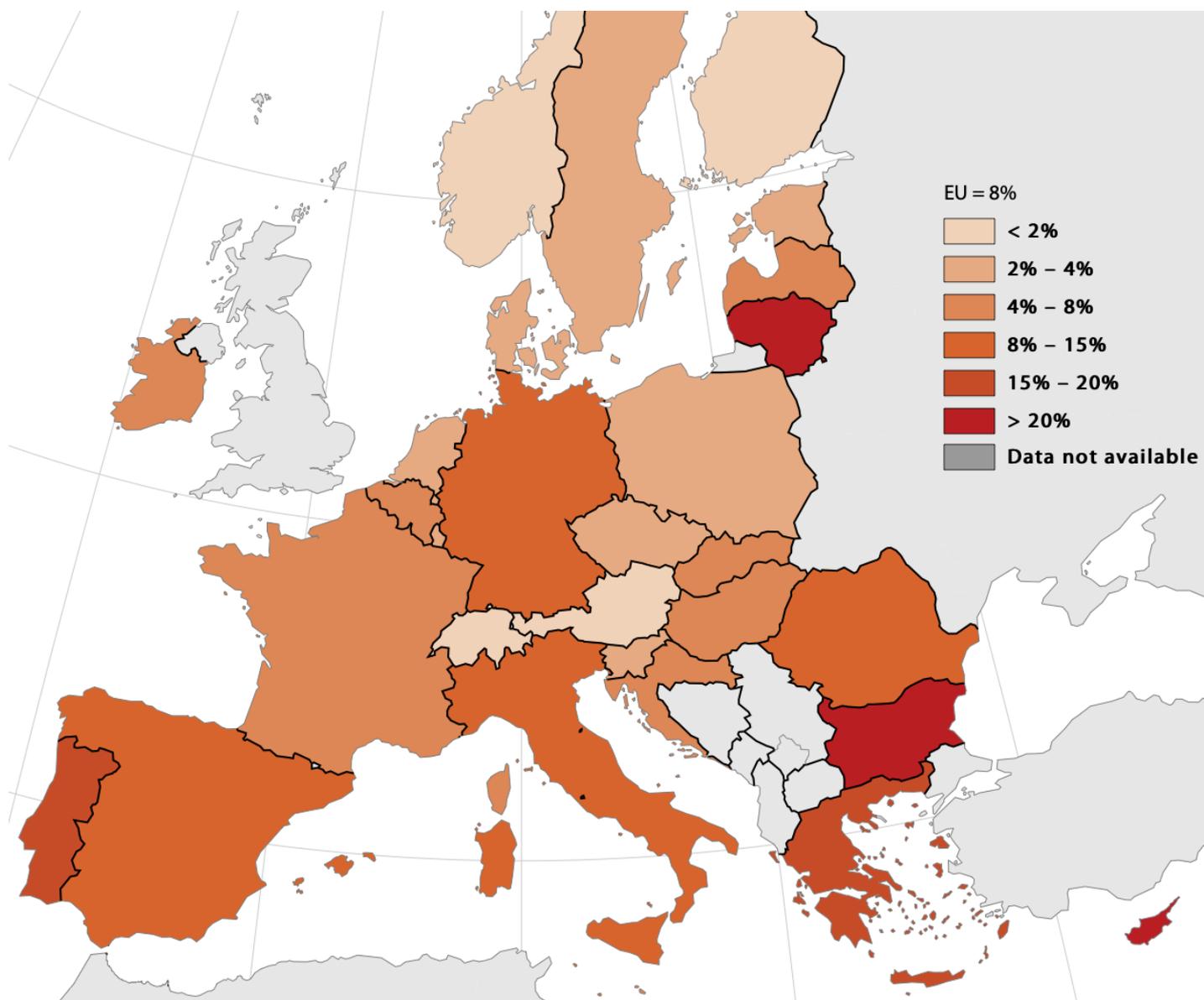
Estes fatores estruturais são exacerbados pelo fracasso do mercado em garantir energia acessível para todos e pela falta de proteção suficiente para os agregados familiares vulneráveis e de baixos rendimentos, bem como para a classe média em risco de se tornar pobre em termos energéticos, uma vez que os preços elevados da energia corroem o seu rendimento disponível.

Além disso, condições meteorológicas extremas cada vez mais frequentes devido à emergência climática têm um pesado tributo.²

Os aspetos socioeconómicos também desempenham um papel, incluindo o estatuto residencial de uma pessoa (proprietário, inquilino em habitação social, inquilino no setor privado de arrendamento, etc.), os recursos à sua disposição para investir na renovação e as necessidades energéticas do agregado familiar.³

Mais de 34 milhões de pessoas na União Europeia sofrem de pobreza energética em vários graus.⁴ Estima-se que cerca de 75% do parque imobiliário da UE é ineficiente do ponto de vista energético.⁵ Em média, 8,2% dos agregadores familiares da UE são incapazes de manter as suas casas adequadamente quentes; para os agregados familiares que vivem abaixo do limiar de pobreza, esta média sobe para 20,1%.⁶ Existem grandes variações entre os preços da energia e os rendimentos médios nos Estados-Membros da UE. Enquanto em 2020 o PIB nominal *per capita* nos Países Baixos era 2,4 vezes maior do que em Portugal, os agregados familiares portugueses enfrentavam preços de eletricidade que eram 63% mais elevados.⁷

Por último, as ligações entre as desigualdades energéticas e vários fatores como género, deficiência ou origem étnica continuam a ser relativamente subexploradas. Dados empíricos sugerem que as mulheres têm uma maior probabilidade de serem adversamente afetadas pela pobreza energética, entre outros motivos porque as mulheres têm uma maior probabilidade do que os homens de viver na pobreza devido às atuais desigualdades no mercado de trabalho, disparidades salariais entre homens e mulheres e porque as mulheres constituem quase 85% de todos os agregados familiares monoparentais.⁸ No entanto, existe uma notória falta de dados desagregados por género relacionados com a utilização de energia e especificamente com a pobreza energética, o que torna difícil abordar especificamente as dimensões de género deste fenómeno.⁹



População incapaz de manter a casa adequadamente quente (%) (Eurostat, 2020)¹⁰

País	%	Categoria	Cor
Média UE	8.2	Alta	
Suíça*	0.3	Baixa	
Noruega	0.8	Baixa	
Áustria	1.5	Baixa	
Finlândia	1.8	Baixa	
Rep. Checa	2.2	Moderada	
Países Baixos	2.4	Moderada	
Estónia	2.7	Moderada	
Suécia	2.7	Moderada	
Eslovénia	2.8	Moderada	
Dinamarca	3.0	Moderada	
Polónia	3.2	Moderada	
Luxemburgo	3.6	Moderada	
Bélgica	4.1	Grave	
Hungria	4.2	Grave	

País	%	Categoria	Cor
Irlanda	4.2	Grave	
Croácia	5.7	Grave	
Eslováquia	5.7	Grave	
Letónia	6.0	Grave	
França	6.5	Grave	
Malta	7.2	Grave	
Alemanha	9.0	Alta	
Roménia	10.0	Alta	
Espanha	10.9	Alta	
Itália*	11.1	Alta	
Grécia	16.7	Perigosa	
Portugal	17.5	Perigosa	
Chipre	20.9	Extrema	
Lituânia	23.1	Extrema	
Bulgária	27.5	Extrema	

* Valores de 2019

Direito a uma energia acessível e limpa

O acesso à energia é uma condição prévia para uma vida com dignidade. Todos deveriam ter a possibilidade de iluminar, aquecer e arrefecer as suas casas a um nível aceitável e por um custo acessível. O acesso a energia acessível e limpa deve ser reconhecido e protegido como um direito fundamental. No entanto, muitos agregados familiares enfrentam um acesso insuficiente a programas de renovação, energias renováveis e eficiência energética e correm um risco elevado de ficar apanhados em infraestruturas de combustíveis fósseis nos próximos anos, em particular pessoas que vivem em habitações sociais e pessoas em situação de pobreza.

O Princípio 20 do Pilar Europeu dos Direitos Sociais sublinha o direito de todos a acederem a serviços essenciais de boa qualidade, incluindo energia, e apela a um apoio regulamentar e financeiro para o acesso a tais serviços por parte das pessoas necessitadas. O Princípio 19, por seu lado, refere-se ao alojamento e assistência aos sem abrigo, incluindo o direito a uma assistência adequada para as pessoas vulneráveis e à proteção contra o despejo forçado.

O fornecimento de energia é também reconhecido como um serviço de interesse geral ao abrigo da legislação da UE, o que significa que é essencial para a vida da população e que as autoridades públicas têm a obrigação de agir no interesse público e fornecer normas adequadas para todos em termos de qualidade, acessibilidade, transparência e participação dos utilizadores na avaliação dos serviços.¹¹

As políticas e regulamentações nacionais e a nível da UE devem, por conseguinte, garantir o direito à energia para todos e apoiar os agregados familiares pobres, de baixos rendimentos e vulneráveis como uma questão de realização dos direitos sociais.

Os impactos sanitários, sociais e económicos da pobreza e precariedade energéticas são múltiplos. As condições de habitação inadequadas são responsáveis todos os anos por mais de 100.000 mortes prematuras na Europa.¹² A pobreza energética tem um impacto negativo direto na saúde, incluindo a saúde mental, uma vez que expõe as pessoas a condições físicas inaceitáveis e leva ao stress e ao isolamento social.¹³ As pessoas que vivem em situação de pobreza energética enfrentam frequentemente graves problemas de saúde que provocam baixas por doença mais longas e mais frequentes, com impacto no emprego e na produtividade.¹⁴

As crianças que vivem em casas frias têm o dobro da incidência de problemas respiratórios do que as que vivem em habitações normalmente aquecidas.¹⁵ As consequências do fosso de género da pobreza energética na saúde das mulheres merecem uma análise mais atenta, uma vez que vários estudos demonstraram a maior vulnerabilidade das mulheres à mortalidade no inverno.¹⁶ A austeridade agravou ainda mais todas estes problemas, especialmente nos países do sul da Europa, que são também os mais afetados pela emergência climática e pelos custos sociais da inação climática.¹⁷

A redução da pobreza energética tem, por conseguinte, múltiplas consequências positivas, incluindo uma melhoria do rendimento disponível dos agregados familiares, uma redução da poluição atmosférica e uma diminuição das despesas nacionais com os cuidados de saúde. A melhoria da eficiência energética está também associada a múltiplos benefícios ambientais, económicos e sociais adicionais.¹⁸

A transição energética limpa deve seguir os princípios da "eficiência em primeiro lugar" para dar prioridade à descarbonização, reduzir a procura global de energia e promover uma

utilização eficiente da energia, com uma parte dos benefícios dos programas de energias renováveis e de eficiência energética reservada aos agregados familiares de baixos rendimentos e às pessoas que vivem em habitações sociais. Embora devam ser estabelecidos mecanismos para assegurar a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis, esta eliminação progressiva não deve sobrecarregar injustamente os agregados familiares de baixos rendimentos. A participação significativa da sociedade civil, sindicatos, atores locais e pessoas vulneráveis na transição para energias limpas e neutralidade climática é crucial para uma transição justa.¹⁹

Para evitar perdas de rendimentos que possam agravar a pobreza energética, as políticas devem assegurar que os trabalhadores dos setores e regiões mais afetados pela transição energética recebem oportunidades de emprego alternativas, formação adequada e proteção social,²⁰ com um enfoque reforçado naqueles que estão atualmente excluídos do mercado de trabalho, trabalhadores com baixos salários e trabalhadores das indústrias com utilização intensiva de energia.²¹ Os sindicatos devem ser atores centrais nesta transição justa, sendo o diálogo social uma parte integrante do quadro institucional para a elaboração e implementação de políticas.

Para alcançar uma transição energética justa, os quadros políticos e regulamentares, bem como as reformas de conceção do mercado, devem defender o direito de todos os europeus a aceder a uma energia acessível e limpa. Os Estados devem tomar medidas imediatas para proteger o direito de acesso à energia, nomeadamente proibindo todas as desconexões, garantindo o fornecimento de uma quantidade mínima de energia para todos, estabelecendo tarifas sociais e reforçando os direitos dos consumidores e as proteções dos clientes para evitar dívidas em atraso nas faturas de energia.²² Devem igualmente adotar medidas a médio e longo prazo através de investimentos adaptados em programas de renovação, energias renováveis e eficiência energética. O direito a uma energia limpa e acessível para todos deve basear-se numa abordagem em três pilares ancorada em rendimentos adequados, preços justos e eficiência energética.²³

Preços regulados e preços acessíveis da energia para todos

A crise dos preços da energia

Os preços grossistas do gás natural na Europa dispararam na segunda metade de 2021, sendo agora cinco vezes mais altos do que em 2019.²⁴ Só no período entre abril e outubro de 2021, os preços do gás dispararam 400% e os preços da energia aumentaram 200%.²⁵ O Banco Mundial prevê preços de energia elevados pelo menos até à segunda metade de 2022.²⁶ O impacto nos preços de retalho é mais moderado mas sempre chocante, com um aumento médio anual na UE de 200% para o gás e 50% para a eletricidade em dezembro de 2021, que se prevê que continue a aumentar durante os primeiros meses de 2022.²⁷

São vários os fatores que contribuem para a atual subida dos preços da energia em toda a Europa. A retoma da atividade económica na sequência da crise da Covid-19, as condições meteorológicas adversas, as tensões no fornecimento de gás proveniente da Rússia e da Noruega e a crescente concorrência pelo gás proveniente de países asiáticos geraram uma elevada procura energética que a oferta não tem sido capaz de acompanhar.²⁸

Estas condições contextuais agravaram os problemas estruturais do sistema energético europeu: um parque imobiliário ineficiente, uma forte dependência dos combustíveis fósseis

importados para o fornecimento de energia e o acoplamento dos preços da eletricidade e do gás.

O preço grossista da eletricidade na UE é determinado pela fixação de preços marginais, o que significa que todos os fornecedores - incluindo as energias renováveis mais baratas, como a eólica ou solar - recebem o mesmo preço da última central utilizada para satisfazer a procura dos consumidores, que é frequentemente o gás. Uma vez que o gás é caro, isto significa que os preços finais da eletricidade disparam em períodos de grande procura e que o mercado está exposto a preços voláteis.²⁹

A atual capacidade de armazenamento dos Estados-Membros é insuficiente para absorver os choques dos preços do gás e a quota das energias renováveis na Europa é ainda demasiado baixa para superar estes problemas por si só. Estes fatores, no quadro de um mercado energético liberalizado, expõem os utilizadores à especulação.³⁰

Atualmente, os Estados-Membros da UE não dispõem de uma fiscalidade verde justa que elimine gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis, incentive ainda mais a eletricidade produzida a partir de energias renováveis e aproveite as receitas dos impostos sobre a energia para apoiar os grupos em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos.³¹ A ecologização dos sistemas fiscais deve ser abordada no contexto da justiça fiscal, especificamente em reformas fiscais progressivas mais amplas que apoiem a transferência de impostos do trabalho para o capital, através de um aumento dos impostos sobre o rendimento das empresas, sobre o capital e sobre o rendimento de topo e de uma redução dos impostos sobre o rendimento dos trabalhadores.³²

A subida dos preços da energia põe em perigo todos os agregados familiares europeus, tanto os agregados familiares de baixos rendimentos que se encontram em situação de pobreza energética como os agregados familiares de classe média que veem o seu rendimento disponível corroído e enfrentam o risco de precariedade energética.³³ Se as regras do mercado livre continuarem a ser o paradigma dominante, é pouco provável que os agregados familiares europeus sejam protegidas a longo prazo e que beneficiem plenamente da descarbonização e da energia limpa.

Uma vez que o aquecimento é responsável pela maior parte dos custos de energia dos agregados familiares e é frequentemente a despesa que leva os agregados familiares de baixos rendimentos à pobreza energética, é necessário ter o cuidado de assegurar que as pessoas em risco de pobreza energética beneficiam plenamente das políticas de descarbonização e não ficam para trás para pagar o preço das emissões de carbono e permanecem apanhadas nas infraestruturas de combustíveis fósseis.³⁴

O que pode ser feito a nível da UE?

Para alcançar soluções sustentáveis para proteger os consumidores vulneráveis, seria necessária uma reforma robusta do mercado europeu da energia. Em geral, entre 2008 (quando se deu a liberalização completa dos mercados energéticos na UE) e 2020, o índice Eurostat de preços ao consumidor aumentou em média 17%, enquanto os preços médios da eletricidade, gás, combustíveis sólidos e energia térmica cresceram quase 25%.³⁵

A conceção e as regras atuais do mercado no contexto da liberalização dos mercados energéticos não deixam muita margem de manobra à UE e aos Estados-Membros para um controlo sistemático dos preços. A Comissão Europeia está relutante em abrir a porta a uma

reforma estrutural destes mecanismos, abordando antes as crises energéticas através de medidas a curto prazo. Um exemplo recente é a caixa de ferramentas da Comissão "para permitir uma abordagem rápida e coordenada para proteger aqueles que estão mais em risco sem fragmentar o mercado único europeu da energia", sugerindo medidas insuficientes como apoio seletivo, isenções fiscais e monitorização e aplicação do mercado.³⁶

Os Estados-Membros não estão de acordo quanto à solução certa para o mercado da energia, havendo mesmo alguns governos que imputam a crise dos preços da energia à política climática da UE.³⁷ Outros países apelaram a medidas mais ambiciosas, com a França e a Espanha a proporem acordos alternativos como a compra conjunta de gás, transferências reguladas para assegurar que os benefícios extraordinários feitos pelos produtores devido aos preços elevados dos combustíveis fósseis se repercutem nos consumidores ou contratos a longo prazo para as energias com baixo teor de carbono que levem estas fontes parcialmente para fora do mercado grossista.³⁸ Estas propostas mostram que existem medidas concretas que podem ser tomadas para regular os mercados energéticos a fim de proteger os agregados familiares, acima e para além das considerações de lucro a curto prazo.

Além disso, a intenção da Comissão de eliminar progressivamente os preços regulados da eletricidade ameaça uma das formas mais eficazes de ajudar as pessoas em situação de pobreza energética e em risco de pobreza energética.³⁹ Na Diretiva de 2019 sobre regras comuns para o mercado interno da eletricidade, o legislador da UE esclareceu que os preços regulados ainda são atualmente permitidos por derrogação em determinadas circunstâncias, mas encarregou a Comissão de rever esta situação em 2025 e permitiu-lhe propor uma data final para os preços regulados.

Isto significaria que os governos que desejam proteger os agregados familiares de baixos rendimentos ficariam privados do instrumento de regulação dos preços da eletricidade, que provou ser uma forma particularmente eficaz de proteger os mais vulneráveis da especulação e da volatilidade dos preços da energia, impedindo ao mesmo tempo que as empresas de energia transfiram os custos da descarbonização para os consumidores.

Os preços regulados devem ser mantidos para além de 2025 e ser reconhecidos como um instrumento fundamental para assegurar o direito à energia para todos os agregados familiares, concretizando a compreensão da energia como um serviço essencial consagrado no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e como um serviço de interesse geral ao abrigo da legislação da UE.

Além disso, a Comissão deve assegurar que os Estados-Membros chegam a acordo sobre políticas nacionais de apoio aos consumidores em situação de pobreza energética, com financiamento e investimentos específicos destinados a este grupo.⁴⁰ O apoio financeiro pode assumir a forma de tarifas sociais ou reduzidas, subsídios específicos para aquecimento ou habitação, subvenções e subsídios para implementar medidas de eficiência energética em habitações sociais e arrendadas e para mudar para fontes renováveis e instalar bombas de calor, suplementos às prestações de assistência social e pagamentos de montantes fixos para proteger os agregados familiares em risco de pobreza.⁴¹

O que pode ser feito a nível nacional?

Para concretizar o direito à energia para todos, os Estados-Membros devem decretar a proibição das desconexões e tomar medidas eficazes para evitar desconexões por parte dos utilizadores com contadores de pré-pagamento.⁴²

As soluções políticas devem não só centrar-se nos europeus já em situação de pobreza energética, mas também adotar uma abordagem preventiva, apoiando os agregados familiares de baixos rendimentos a abandonar os combustíveis fósseis e protegendo-os dos elevados custos do combustível de aquecimento durante esta transição.⁴³

A atual crise energética tem assistido ao desenvolvimento de múltiplas práticas promissoras a nível nacional para apoiar os consumidores em situação de pobreza energética. Embora tenham sido implementadas como soluções temporárias, a maioria delas mostram que os Estados podem proteger os grupos vulneráveis e que é da sua competência reforçar a proteção existente e alargar estas medidas como instrumentos estruturais de luta contra a pobreza energética.

A Polónia destina até 650 milhões de euros a vales de energia para ajudar os seus cidadãos mais pobres a fazer face aos crescentes custos do calor, eletricidade, gás e gasolina. A França lançou uma "compensação da inflação" para pessoas que ganham menos de 2.000 euros, bem como cheques de energia no valor de 100 euros e limites máximos temporários às subidas dos preços regulados da energia. Em novembro, Portugal introduziu um desconto de 33,8% nas faturas da luz para famílias de baixos rendimentos e prolongará a iniciativa até 2022. Na Bélgica, a tarifa social da eletricidade e gás foi temporariamente alargada para duplicar o número de beneficiários. Em Espanha, parte dos lucros excedentários gerados pelos produtores devido aos preços elevados do gás serão obrigatoriamente utilizados para manter os preços mais baixos para os consumidores.

No entanto, o atual modelo neoliberal não está preparado para levar a cabo as mudanças radicais necessárias à descarbonização das nossas economias.⁴⁴ A Agência de Cooperação dos Reguladores da Energia da UE, mergulhada no dogma neoliberal, apelou recentemente a uma integração contínua do mercado energético. Isto incluiria uma maior eliminação das barreiras à entrada no mercado e formação de preços para superar o pico dos preços da energia.⁴⁵ No entanto, a realidade mostra um quadro diferente.

No Reino Unido, mais de 25 fornecedores privados de energia declararam falência desde o início da crise dos preços da energia, sendo provável que os custos de gestão deste colapso sejam suportados pelos próprios consumidores, uma vez que poderiam ser acrescentados 120 libras às suas faturas anuais de energia.⁴⁶ Este exemplo mostra como a desregulamentação e a eliminação das barreiras à entrada no mercado acrescentam muita volatilidade ao sistema, com muito pouco a mostrar em troca no que diz respeito a preços justos.

Um sistema energético público e democrático poderia resolver muitas destes problemas, restaurando e ampliando a capacidade de controlo democrático dentro de um setor que proporciona um bem público vital, sendo este controlo confiado aos cidadãos e trabalhadores.⁴⁷

Assegurar que os agregados familiares em situação de pobreza energética beneficiem de medidas de eficiência energética

O Pacote "Objetivo 55"

Os agregados familiares em risco de pobreza e exclusão social, e mais geralmente os de baixos rendimentos, enfrentam barreiras substanciais para implementar medidas de eficiência energética e mudar para as energias renováveis.⁴⁸

Alguns destes obstáculos estão relacionados com a falta de informações e orientações acessíveis e adaptadas, o acesso deficiente ao financiamento e uma capacidade limitada para pagar adiantado, a falta de espaço para bombas de calor e a falta de acesso ao aquecimento distrital. Os inquilinos enfrentam frequentemente obstáculos específicos, como a barreira dos incentivos divididos, uma vez que os senhorios e os ocupantes têm diferentes incentivos para a realização de investimentos em eficiência energética nas habitações alugadas. Os senhorios devem suportar os custos dos investimentos em isolamento e aquecimento ou arrefecimento, que beneficiam os inquilinos na sua maioria, mas os inquilinos não têm uma palavra a dizer nessas escolhas.

A transição para uma economia com impacto neutro no clima e de baixo carbono deve ser uma transição socialmente justa que tenha seriamente em conta os impactos nos agregados familiares em situação de pobreza energética.

A adoção da Lei Europeia em matéria de Clima em 2021 estabeleceu um quadro vinculativo claro para atingir zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050, com um objetivo para 2030 de pelo menos 55% de redução das emissões em relação a 1990. A 14 de julho de 2021, a Comissão Europeia publicou o seu Pacote "Objetivo 55", que consiste em várias propostas legislativas que alinham as políticas climáticas e energéticas da UE com as novas metas climáticas, incluindo várias propostas diretamente ligadas à eficiência energética com amplas implicações para os agregados familiares em situação de pobreza energética.⁴⁹

Este Pacote legislativo é crucial para a concretização de um Pacote Ecológico Europeu que não deixe ninguém para trás, associando justiça climática com justiça social. Deve garantir uma transição socialmente justa que alivie a pobreza energética e assegure que os agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos participam na conceção de tais políticas e beneficiam da sua implementação, garantindo uma descarbonização acessível a todos.

Isto significa envolver os trabalhadores e sindicatos num diálogo social genuíno a todos os níveis para desenvolver percursos de transição e programas de proteção social e também para assegurar investimentos em empregos de alta qualidade em setores verdes que respeitem boas normas de trabalho.⁵⁰ A nível europeu, os parceiros sociais no setor da eletricidade publicaram um roteiro para uma transição justa, que visa garantir condições de emprego de qualidade no setor através de fortes estruturas de negociação coletiva, bem como exigências concretas em relação às instituições da UE e aos Estados-Membros.⁵¹

Devem ser procuradas mais sinergias entre as políticas a nível comunitário e nacional. Todos os elementos do Pacote Objetivo 55 devem ser integrados na Estratégia da Vaga de Renovação – particularmente a Diretiva revista sobre o Desempenho Energético dos Edifícios – e os Planos Nacionais de Energia e Clima, para garantir uma transição inclusiva para a neutralidade climática e maximizar a consistência na utilização das receitas e financiamento e na elaboração de avaliações de impacto e estratégias de mitigação.

Eficiência Energética e Vaga de Renovação

A revisão em curso da Diretiva de Eficiência Energética ("DEE") deve aumentar as ambições climáticas da UE e estabelecer objetivos nacionais claros e vinculativos para reduzir o consumo de energia na fase de utilização final, incluindo através de obrigações reforçadas para os Estados-Membros. A eficiência energética é fundamental: estima-se que um aumento de

apenas 1% da taxa de renovações no setor residencial poderia tirar 7 milhões de pessoas da pobreza energética.⁵²

Deveria ser introduzido um requisito legal para os Estados-Membros financiarem e desenvolverem programas de eficiência energética para agregados familiares de baixos rendimentos e vulneráveis, para gerir os impactos distributivos destes objetivos, juntamente com a atribuição de prioridade aos agregados familiares em situação de pobreza energética nos esforços de descarbonização e subsídios para a mudança de combustível.

Além disso, os subsídios aos combustíveis fósseis deveriam ser explicitamente excluídos das poupanças de energia elegíveis. Esta diretiva representa uma oportunidade importante para melhorar a eficiência energética dos sistemas europeus de aquecimento e arrefecimento, reduzindo as emissões e protegendo os agregados familiares vulneráveis da pobreza energética. Em particular, a afetação de parte das Obrigações de Eficiência Energética a medidas de pobreza energética é fundamental para superar as barreiras que os agregados familiares vulneráveis enfrentam na implementação de programas de eficiência energética. É também necessária uma melhor definição da pobreza energética para alcançar todos os grupos expostos ao risco de pobreza energética em todos os Estados-Membros.

Por outro lado, a redução das faturas de energia dos agregados familiares na sequência de um programa de renovação em grande escala como a Estratégia da Vaga de Renovação, que visa renovar 35 milhões de casas até 2030, é de cerca de 400 euros por ano.⁵³ A renovação profunda tem múltiplos outros benefícios, como acelerar a descarbonização e impulsionar a economia verde, incluindo a economia social e solidária.⁵⁴ Para o conseguir, é necessário um financiamento suficiente e justo, bem como programas específicos de eficiência energética e de assistência prática dirigidos aos agregados familiares de baixos rendimentos.⁵⁵

A Vaga de Renovação e os empregos verdes têm um potencial significativo para criar novas oportunidades de emprego e promover a inclusão social. No entanto, nos dias de hoje, os empregos no setor da construção caracterizam-se, infelizmente com demasiada frequência, por salários baixos, contratos de zero horas, trabalho informal e más condições de trabalho. Além disso, a transição para uma economia e um mercado de trabalho de baixo carbono terá impacto na força de trabalho, particularmente nos trabalhadores não qualificados e nos trabalhadores pobres que não podem mudar para um novo mercado de trabalho sem medidas adequadas.

É crucial que estes empregos recentemente criados sejam empregos de qualidade, com boas condições de trabalho e salários dignos. Caso contrário uma escassez de trabalhadores qualificados tornará impossíveis os ambiciosos objetivos estabelecidos na Vaga de Renovação.⁵⁶

Para combater a pobreza no trabalho e a precariedade das condições de emprego neste setor, evitar um nivelamento por baixo e tornar estes empregos mais atrativos, devem ser garantidos salários de subsistência (mínimos) adequados, assegurando simultaneamente a participação dos trabalhadores nas negociações coletivas e nos acordos coletivos que abranjam os salários mínimos, bem como programas de melhoria e requalificação em grande escala.⁵⁷

Por último, as mulheres são mencionadas como mão de obra potencial para a Vaga de Renovação, o que é positivo, mas a desigualdade de género deveria ser abordada estruturalmente, assegurando que é considerada na conceção e acesso dos programas de renovação pela população alvo e aumentando o papel das mulheres no setor da construção.

Um novo sistema de comércio de carbono da UE para edifícios

A proposta de criação de um novo mercado de carbono da UE sobre emissões para os setores da construção e dos transportes rodoviários ("ETS2") agravaria os atuais desafios sociais associados à transição energética, uma vez que se estima que as faturas de energia aumentariam em média 429 euros por ano por agregado familiar.⁵⁸

Esta proposta aumentaria as desigualdades existentes e teria consequências regressivas para os agregados familiares em situação de pobreza energética, que muitas vezes não conseguem suportar custos mais elevados de energia ou de melhorias habitacionais. Poria em perigo o seu acesso aos programas de renovação e energias renováveis e afetaria desproporcionadamente os agregados familiares de baixos rendimentos e as pessoas em risco de pobreza.⁵⁹

Isto é ainda mais verdade uma vez que as desigualdades de carbono existem e têm vindo a aumentar nas últimas décadas: a metade mais pobre dos europeus reduziu as emissões em quase um quarto, enquanto as emissões dos 10% mais ricos continuam a aumentar.⁶⁰ Dado que os mais pobres emitem muito menos, seria profundamente injusto se fossem eles a pagar mais. A desigualdade de carbono deve ser abordada de uma forma estrutural, uma vez que os mecanismos de mercado são fundamentalmente incapazes de resolver esse problema.

Um Fundo Social para o Clima

Outra proposta no âmbito do Pacote "Objetivo 55" diz respeito à criação de um Fundo Social para o Clima ("FSC"), apresentado como um instrumento para uma partilha justa dos encargos na sociedade ligada à introdução do ETS2. Este fundo visa especificamente os agregados familiares vulneráveis através de uma ajuda direta aos rendimentos e um apoio a medidas e investimentos em renovações, programas de energias renováveis ou transportes.

Embora seja um instrumento útil para compensar os resultados sociais negativos da transição verde, este fundo deveria ser dissociado do ETS2 e ser suficientemente financiado, centrando-se na prestação de apoio, programas e investimentos a longo prazo a nível regional e local. O montante atualmente proposto para este fundo, incluindo o cofinanciamento pelos Estados-Membros, só resultaria num orçamento médio de 527 euros por ano por agregado familiar se o montante total fosse distribuído apenas aos agregados familiares 20% mais pobres da UE.⁶¹

Além disso, o FSC deveria ser implementado o mais rapidamente possível, o mais tardar em 2023, para assegurar que os agregados familiares podem começar a fazer investimentos iniciais na descarbonização e em soluções alternativas limpas.

A Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios

A recém-anunciada proposta de revisão da Diretiva de Desempenho Energético dos Edifícios ("DDEE") prevê a introdução de normas mínimas de desempenho energético no setor residencial, traduzindo a Estratégia da Vaga de Renovação numa ação legislativa concreta.

Estas normas definem um nível mínimo de eficiência energética que o parque habitacional deve cumprir antes de uma determinada data. Mais especificamente, esta proposta exige que 15% do parque imobiliário com pior desempenho em cada Estado Membro seja melhorado para alcançar, pelo menos, uma norma de desempenho energético "F" até 2030 e, pelo menos,

uma norma de desempenho energético "E" até 2033 para edifícios residenciais, e que todos os novos edifícios sejam de emissões zero a partir de 2030.

Estas normas mínimas obrigatórias em todos os Estados-Membros são bem-vindas, uma vez que são cruciais para dar prioridade às renovações dos agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos, muitos dos quais vivem em edifícios com pior desempenho.⁶² São importantes para combater a habitação insegura e ineficiente, reduzir as faturas de energia e garantir condições de vida dignas. A proposta reconhece que isto deve ser feito de forma socialmente sustentável, através da incorporação de salvaguardas financeiras e sociais destinadas a evitar que as normas mínimas piorem as condições de vida dos agregados familiares de baixos rendimentos.⁶³

Os Planos de Ação para a Renovação de Edifícios elaborados pelos Estados-Membros terão também de incluir roteiros para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis no aquecimento e arrefecimento até 2040, o mais tardar, juntamente com percursos para a transformação do parque imobiliário doméstico em edifícios com emissões zero até 2050. Não deverão ser previstos incentivos financeiros para a instalação de caldeiras de combustíveis fósseis a partir de 2027 e é dada aos Estados-Membros a possibilidade de proibir ainda mais a utilização de combustíveis fósseis nos edifícios.

No entanto, alguns elementos negativos desta proposta podem ser evocados.⁶⁴ Deveria ser introduzida uma definição mais ambiciosa de edifícios com pior desempenho, juntamente com metas mais elevadas em matéria de normas de desempenho energético para além do grau "E" e uma norma de renovação profunda mais elevada (atualmente fixada em apenas 30% das poupanças de energia), para que a Vaga de Renovação seja verdadeiramente eficaz e para que se realizem as melhorias necessárias no parque de edifícios ineficientes da Europa.

Além disso, deveria ser adotado um compromisso mais forte no sentido de eliminar gradualmente a infraestrutura de combustíveis fósseis para agregados familiares de baixos rendimentos em edifícios existentes antes de 2040, para evitar que estes agregados familiares sejam deixados sozinhos a pagar o preço do carbono para a transição energética devido à mudança mais rápida dos agregados familiares de rendimentos mais altos para as energias renováveis.

Os Estados-Membros devem implementar os seus Planos de Ação para a Renovação de Edifícios para combater a pobreza energética, mas atualmente não existem requisitos de financiamento dedicado e reservado para programas de renovação profunda e sistemas de balcão único que forneçam informações e orientações acessíveis e adaptadas, bem como assistência técnica aos agregados familiares em situação de pobreza energética, aos agregados familiares de baixos rendimentos e aos que vivem em habitações inadequadas. Devem também ser reforçadas as proteções dos inquilinos para assegurar a acessibilidade das habitações e superar os incentivos divididos, incluindo limites máximos para o aumento das rendas, proteção contra despejos e assistência habitacional.

Por conseguinte, a monitorização dos impactos sociais dos programas de renovação, energias renováveis e eficiência energética é essencial para garantir que levam ao resultado desejado de reduzir a pobreza energética, em vez de aumentar as rendas ou excluir os inquilinos de baixos rendimentos, promovendo simultaneamente a descarbonização em edifícios novos e existentes e assegurando que os agregados familiares vulneráveis não fiquem apanhados em infraestruturas de combustíveis fósseis nos próximos anos.⁶⁵ O envolvimento dos utilizadores

na conceção de tais programas e a avaliação *ex-ante* e *ex-post* dos seus impactos sociais e distributivos deve fazer parte integrante da conceção e execução de políticas.⁶⁶

Neste sentido, alguns Estados-Membros já implementaram programas de apoio aos consumidores em situação de pobreza energética.⁶⁷ A Irlanda lançou subsídios de eficiência energética para isolamento, sistemas de bombas de calor, controlo do aquecimento e aquecimento solar da água. A Croácia, no seu programa nacional para a renovação de edifícios, reservou uma parte do financiamento para os agregados familiares em situação de pobreza energética. Em Portugal, uma estratégia nacional a longo prazo combate a pobreza energética através de programas de renovação e eficiência energética, com a entrega de vales de eficiência a agregados familiares economicamente vulneráveis que são proprietários para melhorar o conforto térmico das suas casas.⁶⁸

A DDEE também precisa de ter em consideração os aspetos de género, como o facto de as mulheres serem desproporcionadamente afetadas pela pobreza energética e terem necessidades diferentes na gestão do conforto térmico das suas casas. As mulheres são também mais frequentemente inquilinas e o aumento das rendas devido à renovação poderia afetá-las de forma desproporcionada. É importante assegurar que a justiça de género e a interseccionalidade são devidamente tidas em conta na revisão e implementação da presente diretiva.

Principais recomendações

Exortamos os governos e a UE a darem prioridade às seguintes exigências urgentes:

- Afirmar o direito a uma energia acessível e limpa para todos os europeus através de quadros políticos e regulamentares, bem como de reformas de conceção do mercado, para reforçar a proteção dos agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos de forma estrutural através de uma abordagem em três pilares baseada em rendimentos adequados, preços justos e eficiência energética.
- Garantir apoio adequado aos rendimentos, assistência técnica e condições de trabalho para os mais vulneráveis, combinando medidas de emergência para aliviar imediatamente a pobreza energética, assegurando que são adequadas para apoiar os agregados familiares de baixos rendimentos, com políticas a longo prazo que combatam as suas causas estruturais.
- Proibir todas as desconexões e tomar medidas eficazes para evitar desconexões por parte dos utilizadores com contadores de pré-pagamento, e manter preços regulados para além de 2025, reconhecendo-os como um instrumento fundamental para assegurar o direito à energia a todos os agregados familiares.
- Desenvolver uma fiscalidade verde justa que elimine gradualmente os subsídios aos combustíveis fósseis, incentive ainda mais a eletricidade produzida a partir de energias renováveis e aproveite as receitas dos impostos sobre a energia para apoiar os agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos, no contexto de reformas fiscais progressivas mais amplas que apoiem uma transferência fiscal do trabalho para o capital.
- Capacitar cidadãos e trabalhadores, salientando o seu papel na reimaginação de um sistema energético que inverta os efeitos destrutivos dos mercados energéticos

liberalizados e assegure uma energia acessível e limpa para todos os europeus sob governação democrática e controlo público.

- Garantir investimentos públicos consistentes em programas específicos de renovação, energias renováveis e eficiência energética que beneficiem os agregados familiares em situação de pobreza energética e com baixos rendimentos, especialmente nos setores da habitação social e do arrendamento, combatendo ao mesmo tempo quaisquer efeitos injustos e regressivos e evitando a dependência dos combustíveis fósseis.
- Aproveitar o potencial da Vaga de Renovação para a criação de empregos de qualidade com boas condições de trabalho e salários de subsistência (mínimos) adequados, respeitando simultaneamente o direito dos trabalhadores a participarem na negociação coletiva e desenvolvendo programas de melhoria e requalificação em grande escala.
- Descarbonizar o sector do aquecimento e arrefecimento em todos os edifícios residenciais para evitar que os agregados familiares em situação de pobreza energética paguem o preço do carbono da transição energética nas próximas décadas.
- Reservar os incentivos financeiros do Pacote "Objetivo 55" e da Estratégia da Vaga de Renovação para grupos-alvo específicos, como os agregados familiares vulneráveis, de baixos rendimentos e em situação de pobreza energética, que têm uma capacidade limitada para pagar adiantado e aceder a financiamento para renovações profundas.
- Integrar uma avaliação do impacto distributivo *ex-ante* e *ex-post* das políticas de neutralidade climática e transição energética que assegure a participação significativa dos parceiros sociais, da sociedade civil e dos atores locais, incluindo os agregados familiares em situação de pobreza energética e as pessoas em situação de pobreza.
- Integrar uma abordagem de género e interseccional das desigualdades energéticas em todas as políticas, abordando o fosso entre géneros e os aspetos multidimensionais da pobreza energética e exclusão social, e promovendo a recolha e utilização sistemática de dados desagregados por género relacionados com a utilização de energia e a pobreza energética.

Referências

- ¹ J. Thema and F. Vondung, *EPOV Indicator Dashboard: Methodology Guidebook*. European Union Energy Poverty Observatory (2020) <https://energy-poverty.ec.europa.eu/system/files/2021-09/epov_methodology_guidebook_1.pdf>.
- ² Mesmo em países com baixos níveis de pobreza energética, as pessoas com rendimentos baixos podem também estar numa situação de pobreza energética. Por exemplo, na Finlândia (um país com elevados níveis de consumo de energia *per capita*), a percentagem de pessoas com rendimentos baixos que vivem em casas inadequadamente aquecidas e têm dívidas por faturas de energia é duas vezes superior à média. Ver A. Maxim, C. Mihai, C.-M. Apostoiaie, C. Popescu, C. Istrate and I. Bostan, “Implications and Measurement of Energy Poverty across the European Union” *Sustainability* 8 (2016), 483.
- ³ K. Habersbrunner and E.-C. Martschew, *Report on gender aspects of existing financial schemes for energy poverty measures*. EmpowerMed (2020) <<https://www.empowermed.eu/wp-content/uploads/2020/07/D1.4-Report-Gender-Financial-Schemes-Final-for-Web.pdf>>.
- ⁴ *What is energy poverty?* European Union Energy Poverty Observatory (2021) <https://energy-poverty.ec.europa.eu/energy-poverty-observatory/what-energy-poverty_en>.
- ⁵ *In focus: Energy efficiency in buildings*. European Commission (2020) <https://ec.europa.eu/info/news/focus-energy-efficiency-buildings-2020-feb-17_en>.
- ⁶ *Population unable to keep home adequately warm by poverty status*. Eurostat (2021) <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_07_60/default/table>.
- ⁷ *Real GDP per capita*. Eurostat (2021) <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_08_10/default/table>; *Electricity prices for household consumers - bi-annual data (from 2007 onwards)*. Eurostat (2021) <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/NRG_PC_204/default/table>.
- ⁸ O. G. Birgi, A. Fuhrmann, K. Habersbrunner and A. Stock, *Gender and energy poverty: Facts and arguments*. EmpowerMed (2021) <https://www.empowermed.eu/wp-content/uploads/2021/05/2104.Empowermed-Energy_Poverty_and_gender.pdf>.
- ⁹ K. Habersbrunner and E.-C. Martschew, *Report on gender aspects of existing financial schemes for energy poverty measures*, op. cit.
- ¹⁰ *Population unable to keep home adequately warm by poverty status*. Eurostat, op. cit.
- ¹¹ Ver *Services of General Interest: Glossary and Terms Explained*. European Anti-Poverty Network (2007) <<https://www.eapn.eu/images/docs/services%20glossary%20eng.pdf>>.
- ¹² *Towards a Healthy Renovated Europe: Renovating our buildings is an opportunity that cannot be missed*. CAN Europe and Friends of the Earth Europe (2021) <<https://caneurope.org/content/uploads/2021/04/33-FoEE-CAN-briefing-renovate-europe-rhr.pdf>>.
- ¹³ H. Thomson, C. Snell and S. Bouzarovski, “Health, Well-Being and Energy Poverty in Europe: A Comparative Study of 32 European Countries” *International Journal of Environmental Research and Public Health* 14(6) (2017), 584.
- ¹⁴ *Right to Energy for All Europeans!* European Public Service Union and European Anti-Poverty Network (2017) <<https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2017/05/EAPN-2017-EAPN-EPSU-energy-poverty-leaflet-1138.pdf>>.
- ¹⁵ *The Health Impacts of Cold Homes and Fuel Poverty*. The Marmot Review Team for Friends of the Earth (2011) <<https://www.instituteoftheequity.org/resources-reports/the-health-impacts-of-cold-homes-and-fuel-poverty/the-health-impacts-of-cold-homes-and-fuel-poverty.pdf>>.

- ¹⁶ O. G. Birgi, A. Fuhrmann, K. Habersbrunner and A. Stock, *Gender and energy poverty: Facts and arguments*, op. cit.
- ¹⁷ K. Tagaris and A. Koutantou, *Greece's dark age: how austerity turned off the lights*. Reuters (2017) <<https://www.reuters.com/article/us-eurozone-greece-poverty-electricity-idUSKBN1781IQ>>.
- ¹⁸ *Towards a Healthy Renovated Europe: Renovating our buildings is an opportunity that cannot be missed*. CAN Europe and Friends of the Earth Europe, op. cit.
- ¹⁹ *A Just Transition Legal Framework to complement the Fit for 55 package*. European Trade Union Confederation (2021) <<https://www.etuc.org/en/document/etuc-position-just-transition-legal-framework-complement-fit-55-package>>; *Guidelines for a just transition towards environmentally sustainable economies and societies for all*. International Labour Organization (2015) <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf>.
- ²⁰ *Who's to pay? Splitting the bill for a just energy transition*. Right to Energy Coalition (2020) <<https://righttoenergy.org/wp-content/uploads/2020/05/whos-to-pay-splitting-the-costs-of-the-transition-1-1.pdf>>.
- ²¹ *Response to Council Recommendation on addressing social and labour aspects of the just transition towards climate neutrality*. European Anti-Poverty Network (2021) <https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13247-Council-Recommendation-on-addressing-social-and-labour-aspects-of-the-just-transition-towards-climate-neutrality/F2752515_en>.
- ²² *EDF will no longer request that electricity be cut off to its residential customers*. EDF (2021) <<https://www.edf.fr/en/the-edf-group/dedicated-sections/journalists/all-press-releases/edf-will-no-longer-request-that-electricity-be-cut-off-to-its-residential-customers>>; *Vers un droit à une alimentation minimale en électricité tout au long de l'année*. French Energy Ombudsman (2021) <<https://www.energie-mediateur.fr/wp-content/uploads/2021/11/20211110-cp-alimentation-minimale-electricite.pdf>>.
- ²³ *Input to the EC consultation for an Action Plan to implement the European Pillar of Social Rights*. European Anti-Poverty Network (2020) <<https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2020/06/EAPN-EAPN-Proposals-on-Action-Plan-to-implement-the-EPSR-4514.pdf>>.
- ²⁴ *Soaring electricity prices in Europe: causes and solutions*. Eurelectric (2021) <<https://www.eurelectric.org/news/soaringelectricityprices1/>>.
- ²⁵ *High Energy Prices*. European Union Agency for the Cooperation of Energy Regulators (2021) <<https://www.acer.europa.eu/events-and-engagement/news/europes-high-energy-prices-acer-looks-drivers-outlook-and-policy>>. Ver também a Comissão Europeia, *State of the Energy Union 2021 – Contributing to the European Green Deal and the Union's recovery*, COM(2021) 950 final (2021).
- ²⁶ *October 2021 Commodity Markets Outlook: Urbanization and Commodity Demand*. World Bank (2021) <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36350/CMO-October-2021.pdf>>.
- ²⁷ *European retail energy prices reach record levels*. VaasaETT (2021) <<https://www.vaasaett.com/european-retail-energy-prices-reach-record-levels/>>.
- ²⁸ *Is Europe's gas and electricity price surge a one-off?* Bruegel (2021) <<https://www.bruegel.org/2021/09/is-europes-gas-and-electricity-price-surge-a-one-off/>>.
- ²⁹ W. van Gaal, *Environment ministers continue dogfight on energy price hike*. EU Observer (2021) <<https://euobserver.com/climate/153346>>.
- ³⁰ European Commission, *Tackling rising energy prices: a toolbox for action and support*, COM(2021) 660 final (2021).

- ³¹ T. Stainforth, C. Charveriat, E. Bodin and T. Filipova, *Green Deal for All: Sustainability and equity between people, regions, countries and generations*. Institute for European Environmental Policy (2020) <<https://ieep.eu/publications/green-deal-for-all-sustainability-and-equity-between-people-regions-countries-and-generations>>.
- ³² T. Gore and C. Charveriat, *Fair and green: A new European grand bargain on tax is possible*. Institute for European Environmental Policy (2021) <<https://ieep.eu/news/fair-and-green-a-new-european-grand-bargain-on-tax-is-possible>>.
- ³³ *Energy poor must not bear the costs of soaring energy prices*. European Anti-Poverty Network (2021) <<https://www.eapn.eu/eapn-statement-energy-poor-must-not-bear-the-costs-of-soaring-energy-prices/>>.
- ³⁴ *Who's to pay? Splitting the bill for a just energy transition*. Right to Energy Coalition, op. cit.
- ³⁵ *HICP - annual data (average index and rate of change)*. Eurostat (2021) <https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/prc_hicp_aind/default/table>.
- ³⁶ European Commission, *Tackling rising energy prices: a toolbox for action and support*, op. cit.
- ³⁷ J. Liboreiro and A. de Filippis, *Why Europe's energy prices are soaring and could get much worse*. Euronews (2021) <<https://www.euronews.com/2021/10/28/why-europe-s-energy-prices-are-soaring-and-could-get-much-worse>>. Ver también W. van Gaal, *EU leaders: No agreement on energy prices*. EU Observer (2021) <<https://euobserver.com/climate/153851>>.
- ³⁸ Council of the European Union, *Energy Prices – Non paper from France*, WK 13373/2021 INIT (2021).
- ³⁹ *Right to Energy for All Europeans!* European Public Service Union and European Anti-Poverty Network, op. cit.
- ⁴⁰ European Commission, *Recommendation on energy poverty*, C(2020) 9600 final, 2020.
- ⁴¹ *Energy poor must not bear the costs of soaring energy prices*. European Anti-Poverty Network, op. cit.
- ⁴² *Shield energy poor from rising energy bills, say NGOs and trade unions*. Right to Energy Coalition and Friends of the Earth Europe (2021) <<https://righttoenergy.org/2021/10/13/shield-energy-poor-from-rising-energy-bills-say-ngos-and-trade-unions/>>.
- ⁴³ *Who's to pay? Splitting the bill for a just energy transition*. Right to Energy Coalition, op. cit.
- ⁴⁴ *Energy Transition or Energy Expansion?* Transnational Institute and Trade Unions for Energy Democracy (2021) <<https://www.tni.org/files/publication-downloads/tued-tni-energy-expansion.pdf>>.
- ⁴⁵ *High Energy Prices*. European Union Agency for the Cooperation of Energy Regulators (2021) <<https://www.acer.europa.eu/events-and-engagement/news/europes-high-energy-prices-acer-looks-drivers-outlook-and-policy>>.
- ⁴⁶ J. Ambrose, *Collapse of UK energy firms could cost each household extra £120*. The Guardian (2021) <<https://www.theguardian.com/money/2021/nov/29/collapse-of-uk-energy-firms-could-cost-each-household-extra-120>>.
- ⁴⁷ V. Wegmann, *Going Public: A Decarbonised, Affordable and Democratic Energy System for Europe. The failure of energy liberalisation*. European Public Service Union (2019) <https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/Going%20Public_EPSU-PSIRU%20Report%202019%20-%20EN.pdf>.
- ⁴⁸ S. Ugarte, B. van de Ree, M. Voogt, W. Eichhammer, J.A. Ordóñez, M. Reuter, B. Schломann, P. Lloret and R. Villafáfila, *Energy Efficiency for Low-Income Households*. European Parliament's Committee on Industry, Research and Energy (2016)

- [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/595339/IPOL_STU\(2016\)5_95339_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2016/595339/IPOL_STU(2016)5_95339_EN.pdf).
- ⁴⁹ *Fit for 55, not fit for Europe's energy poor*. Right to Energy Coalition (2021) <<https://righttoenergy.org/2021/07/14/fit-for-55-not-fit-for-europes-energy-poor/>>.
- ⁵⁰ R. Popp and N. Kambli, *Benchmarks for a social Fit For 55 package*. E3G (2021) <<https://www.e3g.org/publications/benchmarks-for-a-social-fit-for-55-package/>>. Ver también “EU governments, respect the promises made to workers!” *Statement on the Directive on Adequate Minimum Wages in the EU*. European Trade Union Confederation and Social Platform (2021) <<https://www.socialplatform.org/wp-content/uploads/2021/06/European-Trade-Union-Confederation-and-Social-Platform-statement-on-the-Directive-on-Adequate-Minimum-Wages-in-the-EU.pdf>>.
- ⁵¹ *Joint Statement on Just Transition*. Eurelectric, industrial European Trade Union and European Public Service Union (2021) <https://www.epsu.org/sites/default/files/article/files/JT_declaration%20SSDC%20electricity%202021%20FINAL%20signed%5B14856%5D.pdf>.
- ⁵² *Towards a Healthy Renovated Europe: Renovating our buildings is an opportunity that cannot be missed*. CAN Europe and Friends of the Earth Europe, op. cit.
- ⁵³ *Warmer homes and lower bills – the impact of the Renovation Wave*. Cambridge Econometrics (2021) <https://www.camecon.com/wp-content/uploads/2021/10/BuildingRenovations_and_GasDemand_Final.pdf>.
- ⁵⁴ H. Sibilleau et al., *Deep Renovation: Shifting from exception to standard practice in EU Policy*. Buildings Performance Institute Europe (2021) <https://www.bpie.eu/wp-content/uploads/2021/11/BPIE_Deep-Renovation-Briefing_Final.pdf>.
- ⁵⁵ C. Maby, *Renovation: Staying on Top of the Wave. Avoiding social risks and ensuring the benefits*. European Federation of National Organisations Working with the Homeless (2020) <https://www.feantsa.org/public/user/Resources/reports/Renovation_Wave_final_report.pdf>.
- ⁵⁶ K. Taylor, *EU confronted with lack of skilled labour to support building renovation wave*. Euractiv (2021) <<https://www.euractiv.com/section/energy-environment/news/eu-confronted-with-lack-of-skilled-labour-to-support-building-renovation-wave/>>.
- ⁵⁷ *Position paper on adequate income*. European Anti-Poverty Network (2020) <https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2020/09/EAPN-2020_EAPN-Position-Paper_Adequate-Minimum-Income-4630.pdf>.
- ⁵⁸ M. Maj, W. Rabięga, A. Szpor, S. Cabras, A. Marcu and D. Fazekas, *Cost for Households of the Inclusion of Transport and Residential Buildings in the EU ETS*. Polish Economic Institute (2021) <https://paris-reinforce.eu/sites/default/files/2021-06/PIE-Raport_Cost%20for%20Households%20%28EN%29%2020210622.pdf>. Ver también *EAPN Response to SOTEU. 15 September, 2021*. EAPN (2021) <<https://www.eapn.eu/wp-content/uploads/2021/09/eapn-EAPN-Statement-SOTEU2021-5224.pdf>>.
- ⁵⁹ C. Defard, *A Social Climate Fund for a Fair Energy Transition*. Jacques Delors Institute (2021) <https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2021/10/PB_211006_A-Social-Climate-Fund-for-a-fair-energy-transition_Defard.pdf>; *Response to Council Recommendation on addressing social and labour aspects of the just transition towards climate neutrality*. European Anti-Poverty Network, op. cit.
- ⁶⁰ S. Kartha, E. Kemp-Benedict, E. Ghosh, A. Nazareth and T. Gore, *The Carbon Inequality Era: An assessment of the global distribution of consumption emissions among individuals from 1990 to 2015 and beyond*. Stockholm Environment Institute and Oxfam (2020) <<https://cdn.sei.org/wp-content/uploads/2020/09/research-report-carbon-inequality-era.pdf>>.
- ⁶¹ *The creation of a second ETS on road transport and building and of a new Social Climate Fund*. European Trade Union Confederation (2021)

<https://www.etuc.org/en/document/etuc-position-creation-second-ets-road-transport-and-building-and-new-social-climate-fund>>.

⁶² A. Portal, A. Kompatscher and C. Clark-Foulquier, *Targeting energy efficiency renovation to improve housing conditions of the most vulnerable. Avoiding social risks and ensuring the benefits*. European Federation of National Organisations Working with the Homeless (2021) <https://www.feantsa.org/public/user/Resources/reports/Targeting_Energy_Efficiency_Renovation_Report.pdf>.

⁶³ C. Defard, *Addressing the Climate and Social Emergencies with Minimum Energy Performance Standards*. Jacques Delors Institute (2021) <https://institutdelors.eu/wp-content/uploads/2021/11/PB_211117_Meps_Defard_EN.pdf>.

⁶⁴ *A Renovation Wave or ripple for Europe's energy poor?* EU Reporter (2021) <<https://www.eureporter.co/energy/2021/12/15/a-renovation-wave-or-ripple-for-europes-energy-poor/>>.

⁶⁵ T. Gore, *Carbon inequality in 2030. Per capita consumption emissions and the 1.5°C Goal*. Institute for European Environmental Policy and Oxfam (2021) <https://ieep.eu/uploads/articles/attachments/b34fecc3-2000-46dd-a30f-dc17089e746e/Carbon%20inequality%20in%202030_IEEP_2021.pdf?v=63803326716>; *Response to Council Recommendation on addressing social and labour aspects of the just transition towards climate neutrality*. European Anti-Poverty Network, op. cit.

⁶⁶ S. Bouzarovski, H. Thomson and M. Cornelis, “Confronting Energy Poverty in Europe: A Research and Policy Agenda” *Energies* 14 (2021), 858.

⁶⁷ Ver también A. Portal, A. Kompatscher and C. Clark-Foulquier, *Targeting energy efficiency renovation to improve housing conditions of the most vulnerable. Avoiding social risks and ensuring the benefits*. European Federation of National Organisations Working with the Homeless, op. cit.

⁶⁸ *Energy Poverty Dashboard*. Enpor (2021) <<https://www.energypoverty.info>>.



www.epsu.org

A EPSU é a Federação Europeia de Sindicatos dos Serviços Públicos. É a maior federação da CES e abrange 8 milhões de trabalhadores do serviço público de mais de 250 sindicatos de toda a Europa. A EPSU organiza trabalhadores dos setores da energia, água e resíduos, serviços de saúde e sociais e administração local, regional e central, em todos os países europeus, incluindo a Vizinhança Oriental da UE. É a organização regional reconhecida da Internacional dos Serviços Públicos (ISP).



EUROPEAN ANTI POVERTY NETWORK

www.eapn.eu

A Rede Europeia Antipobreza (EAPN) é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais, envolvendo ONG e grupos de base antipobreza, bem como organizações europeias, ativas na luta contra a pobreza e a exclusão social. Foi criada em 1990.